



Apropriação do exótico: debate sobre o turismo comunitário na América Latina

Aracelli Biachin
Bruno César Alves Marcelino

Resumo: Desde a colonização as comunidades tradicionais e indígenas da América Latina enfrentam mudanças em seu contexto e organização. Na busca de entender a condição e o futuro destas frente à conjuntura global, este artigo propõe uma discussão sobre o turismo comunitário, considerando o seu papel como ferramenta do capitalismo e da globalização e sua recente inserção em comunidades tradicionais e indígenas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meios bibliográficos e documental. Conclui-se que o turismo se apropria e comercializa o “exótico” das comunidades e também contribui com a economia local. Em alguns países da América Latina o turismo comunitário teve participação no reconhecimento das comunidades a partir da criação de políticas públicas. Para tanto, o diálogo entre os atores envolvidos (Estado, empresas, ONG’S e comunidades) precisa ser aprofundado, numa construção onde os protagonistas sejam as próprias comunidades.

Palavras-chave: Turismo comunitário; cultura; comunidades tradicionais e indígenas; políticas públicas.

Abstract: Since colonialism, the traditional and indigenous communities of Latin America face changes in their context and organization. To understand the condition and the future of these communities in front of the global conjuncture, this paper brings a discussion about community tourism, considering it as a tool of capitalism and globalization, and its recent insertion into traditional and indigenous communities. This is a qualitative research and the data were obtained through bibliographical and documentary consulting. The material analysis demonstrated that community tourism appropriates and markets the "exotic" communities and contributes to the local economy. In some Latin American countries, community tourism has participated in the recognition of communities through the creation of public policies. However, for a better approach and understating of the relation between public policies and the traditional and indigenous communities, the dialogue between the actors involved (state, companies, NGOs and communities) needs to be deepened, in a construction where the protagonists are the communities.

Key-Words: Community tourism; culture; traditional and indigenous communities; public policy.

Introdução

Historicamente a América Latina enfrenta a condição de território dependente. A verticalidade imposta pela colonização e mais tarde pelo liberalismo, fortaleceu o movimento de cima para baixo com foco em atender os interesses da acumulação de capital, onde vale o poder dos que se encontram acima e a subserviência dos demais.

Na transversal desse processo está o pensamento eurocêntrico, premissa da colonialidade que reverbera até hoje nas formas de organização da vida econômica, política, social e cultural dos países latino-americanos. Tal racionalidade nutriu o desenvolvimento dos Estados Nacionais, causando efeitos negativos na sociedade, especialmente para os povos tradicionais e indígenas que além de serem massacrados, foram postos a margem na condição de subalternos. Assim, gerou-se um campo de forças,

de onde emergem conflitos e resistências, pois é latente as necessidades de defesa dos povos.

O que fazer? A realidade está posta. Rever a história e questionar é importante, no entanto, o maior desafio está em pensar e propor caminhos que conduzam à resultados que possam assegurar a legitimidade dos povos enquanto atores dos territórios nacionais.

Desde a colonização até a modernidade os povos ou comunidades tradicionais e indígenas passaram por diversas mudanças em seus contextos frente à conjuntura global. Assim, ao abordar essa perspectiva da mudança cultural entra em discussão temas como a identidade, etnicidade e o turismo. Portanto, na busca de entender a condição e o futuro destas frente à conjuntura global, este artigo propõe uma discussão sobre o turismo comunitário, considerando o seu papel como ferramenta do capitalismo e da globalização e sua recente inserção em comunidades tradicionais e indígenas. A pesquisa é qualitativa e realizada a partir de meios bibliográficos e documental.

Desde a década de 60 e 70 a antropologia iniciou um olhar crítico para o turismo, enquanto fenômeno social dentro das comunidades tradicionais (GRUNEWALD, 2003).

Para o autor:

Perceber essa forma de *experiência turística* caracterizada pela promoção do “outro” parece de extrema relevância para a antropologia na medida, principalmente, em que isso tem se configurado tanto como alternativas econômicas valiosíssimas para as comunidades turísticas quanto para a própria revitalização cultural dessas populações em si (GRUNEWALD, 200, p. 143).

O turismo vem servindo aos antropólogos na medida em que possibilita responder perguntas socioculturais mais amplas (Salazar *apud* Stronza, 2001), como as interações sociais que ocorrem entre turistas e comunidades. Este se mostra um tema intrigante, pois enquanto atividade econômica da modernidade promove contradições em sua prática, visto que detém a capacidade impactar paisagens e avivar culturas, ao passo que interfere nas relações e na construção de identidades, banalizando e comercializando a cultura como atrativo turístico, tanto nos aspectos tangíveis (gastronomia, souvenir, vestuário, entre outros) quanto intangíveis (modos de vida, língua, dança, rituais que viram espetáculos, entre outros).

Por outro lado, é visto como catalisador cultural na medida em que estimula que as comunidades reavivem as memórias. Além disso, do ponto de vista econômico, é defendido por instituições como a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe, 2007, p.3) que reconhece que *“el turismo puede ser útil para promover el desarrollo (...) contribuye a la atenuación de la pobreza bajo determinadas condiciones¹”*. Num documento recente sobre os povos indígenas na América Latina, a CEPAL (2015, p. 35) destaca como experiências econômicas dos povos associadas as expressões de bem viver e impulsionadas pelos próprios povos: o turismo e a produção de café, e afirma que tais atividades *“contribui para o melhoramento da qualidade de vida de suas famílias, gera emprego, reduz o impacto migratório e ajuda na articulação da economia local”*.

Como se trata de um debate, esta pesquisa não faz um recorte específico de público. A abordagem está direcionada para as comunidades tradicionais e indígenas. Entende-se como povos e comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas, camponeses, entre outros):

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (GOVERNO FEDERAL, decreto nº 6.040, 2007).

O turismo em comunidades na América Latina iniciou-se por volta dos anos 80, impulsionado por fatores econômicos, sociais e políticos. Maldonado (2009) cita que o primeiro fator foi a pressão do mercado turístico, onde bancos multilaterais e ONG's apoiaram o desenvolvimento do turismo em comunidades por fomentar a preservação dos recursos naturais, a economia local, a diversificação da oferta turística e por responder à nova corrente da demanda mundial, caracterizada pela busca de vivência com povos tradicionais.

¹ Estudo realizado pela CEPAL sobre o Turismo e condições sociais no Centroamérica: as experiências da Costa Rica e Nicaraguá em comunidades (2007).



Essa demanda mundial ganhou força com o enfraquecimento do turismo de massa, uma vez que se perde o interesse pelo “comum”, ganha maior visibilidade o “diferente”. Além disso, o turista mais informado, passa a ser mais exigente, busca participar e não apenas contemplar. É onde surge o chamado turismo alternativo. Assim, a busca pelo diferente, pelo exótico, pelo desconhecido vira tendência e o capital ao enxergar na cultura um potencial, atribui a esta uma importância econômica. Como resultado, ocorreu à instalação de grandes *resorts* no nordeste brasileiro e em Cancún, que utilizam as referências culturais do local (gastronomia, dança, artesanatos, entre outros) como elementos para compor a atratividade, e ainda empregam a comunidade como mão de obra barata (CORIOLANO, 2006).

Um outro aspecto fundamental que chama atenção para traçar o debate do turismo em comunidades é que a gênese da atividade implica no encontro com o “outro”, seja esse outro tanto a comunidade quanto o turista. E quais são as intenções desse encontro? É apenas mais uma reprodução de dependência e dominação, uma nova/velha relação entre produtor e consumidor? O que isso agrega ou desagrega para as comunidades? E qual a relevância da atividade para o reconhecimento das comunidades perante os Estados Nacionais?

Compreender o turismo enquanto fenômeno social e econômico pode permitir avançar no debate sobre a sobrevivência e legitimação das comunidades. Apesar de polêmico, o tema provoca para a leitura de uma atividade essencialmente capitalista e fruto da modernidade aplicada em comunidades tradicionais, isto é, nos agentes mais impactados pelo processo histórico.

1 O retorno do exótico

O pensamento eurocêntrico e hegemônico compreende que cultura é igual a civilização e, qualquer povo que não se enquadre nos padrões é tido como exótico. Para Laplantine (2003) a diversidade cultural era vista como aberração. Desde o início da colonização os registros dos viajantes retratavam o “outro” como entidade, “algo” distante, difícil de definir, e assim uma divisão é posta claramente entre o mundo do



civilizado e o mundo do grotesco/do selvagem. Entre os séculos XVII e XVIII o grande questionamento traçado era se os “povos” eram seres naturais ou selvagens. Para isso alguns critérios ainda no século XIV eram utilizados para avaliar o “grau de humanidade²” dos povos tais como o corpo (aparência física), a alimentação e a língua.

Após a grande expansão territorial que permitiu maior contato com diferentes povos duas máximas imperavam: a rejeição e o encantamento. A primeira é a repulsa de negar o que é diferente, o que não encaixa no padrão, a “falta de”. Pauta-se no inevitável exercício de olhar e definir o mundo a partir das referências dadas. A segunda perspectiva é baseada no romantismo, onde compreende-se que o homem civilizado é degradado e corrompido e o selvagem é bom e puro, inocente e belo. Como mostra o autor:

(...) começam a se esboçar as duas ideologias concorrentes, mas das quais uma consiste no simétrico invertido da outra: a recusa do estranho apreendido a partir de uma falta, e cujo corolário é a boa consciência que se tem sobre si e sua sociedade; a fascinação pelo estranho cujo corolário é a má consciência que se tem sobre si e sua sociedade (*Ibid.*, p. 29)

A idealização e encantamento pelo dito homem bom, embora transmita uma conotação positiva da relação entre colonizador e colonizado, esconde uma intenção perversa ao tratar o selvagem como o objeto, ao passo que este é definido e codificado por quem olha. Segundo o autor, até o século XIX o termo primitivo dominou o imaginário. Foi após a era romântica que se começou a duvidar de tudo que se conhecia e ocorre uma ruptura a partir do momento em que o “outro” é ouvido³ e surge a proposta de ciência da sociedade por Saint Simon em 1748. A partir disso, os métodos para conhecer e entender o “outro” evoluem, não cabe mais a simples reflexão, é preciso observar e analisar, e interpretar as avaliações, assim surge a etnologia.

No processo histórico da evolução sobre as teorias de cultura observa-se que a teoria evolucionista se fundamentou no exercício de entender o “outro” para dominá-lo, em atendimento ao colonialismo. Boas (1964) ao levantar questionamentos acerca do “outro”

² O etnocentrismo afirma que há culturas boas e culturas ruins, portanto, considera que a própria cultura ou civilização é superior às demais. Por isso, fala-se em “graus de humanidade”, isto é, capacidade dos povos de atingirem níveis de civilização (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 2003).

³ Em 1721 Huron em Paris – o civilizado é colocado como outro (LAPLANTINE, 2003).



contrapondo lógicas estabelecidas, funda a corrente da teoria culturalista. O pensamento de Boas buscou desmistificar a ideia da cultura a partir da raça, pois identificou o que se manifesta é a diversidade, "*un mismo habitat pueden coexistir culturas con pautas diferentes*" (MONK *apud* BOAS, 1964, p.9). Para o autor, as culturas são vivas e difusas, o que está no latente é a diversidade. No entanto, o culturalismo acaba alimentando o processo de nacionalização, visto que, o Estado pode controlar as comunidades tradicionais ao unificar a diversidade em uma única nação.

A formação dos Estados Nacionais complica ainda mais a sobrevivência e legitimação das comunidades, uma vez que instaura o entendimento de que esses devem se integrar ao processo de nacionalização. A diversidade expressa pelos povos não cabe nas normas criadas para atender a "todos", a cultura no singular "impõe sempre a lei de um poder" (CERTEAU, 2012, p. 11). É preciso outra concepção centrada na cultura no plural, que reconheça e inclua as comunidades em sua diversidade.

Ao traçar uma discussão a respeito da interculturalidade (conceito a ser construído, sob o entendimento da dinâmica viva de diversas culturas), plurinacionalidade (reconhecimento de mais de uma nação num mesmo território) e decolonialidade (ruptura dos padrões impostos pela colonização), Walsh (2008) chama atenção para o exercício de repensar e refundar outras lógicas e racionalidades na organização do Estado, as quais possam reconhecer e incluir os povos.

Furtado já alertava que o mito do crescimento econômico munido pelo discurso da unificação permearia os países periféricos impondo a universalização do padrão de vida dos países centrais, e com isso desvaria-se "as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades básicas da coletividade" (FURTADO, 1974, p.75). Se a coletividade perdeu, quiçá as comunidades tradicionais e indígenas, marginalizadas pelo processo.

Em paralelo, a resistência e a luta sempre nutriram as comunidades. É neste contexto, que emerge o turismo comunitário, pois em sua maioria as iniciativas de turismo comunitário surgiram de forma independente, constituídas por grupos de pequenos agricultores, membros de movimentos sem-terra, comunidades de pescadores, comunidades quilombolas, entre outros, estimulados por diferentes interesses que variam desde a oportunidade de complemento da renda até lutas sociais por posse de terra.



O turismo é um fenômeno que se caracteriza pelo deslocamento e circulação espontânea de pessoas por tempo determinado e, como prática não é apenas econômica, é também política, social e cultural (DE LATORRE, 1992). Já o turismo comunitário é um movimento recente que se apoia num modelo de gestão comunitário, podendo ser tratado como segmento turístico ou mesmo como estratégia de inclusão social. Em meio às distintas definições apoia-se na concepção utilizada no Brasil pela Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (2010)⁴, que atua no fomento do turismo comunitário, a saber:

Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, sendo a principal atração turística o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e existe a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza.

Os pressupostos do turismo comunitário, defendido por muitos autores, tecem realidades que na maioria das vezes não dialogam com o contexto das comunidades atingidas pelos processos turísticos. Portanto, é preciso questionar, pois a prática pode ser perversa e os efeitos irreversíveis. Trata-se de uma atividade universal, altamente competitiva, pautada no capital e aplicada em “áreas remotas, dedicadas as atividades de sobrevivência” (MALDONADO, 2009, p.25 e 26).

De um lado estão as comunidades que passam a introduzir o turismo em suas atividades e de outro os turistas que, após a II Guerra Mundial, entraram num consumo de massa de destinos popularmente conhecidos, mas logo o “comum” não se torna tão atrativo. Os turistas procuram vivenciar experiências, estimulados pela busca do diferente, pela curiosidade e encantamento do exótico. É como se exercício anterior (da colonização) de se olhar o diferente, o exótico voltasse à tona, mas dessa vez essa busca se dá a partir de um imaginário construído, já conhecido e com referências. O diferente não é novo e totalmente desconhecido, ao contrário, busca-se informações a respeito do que se quer conhecer.

⁴ Projeto Bagagem (2010). Série TURISOL de Metodologias: Parte 2-Projeto Bagagem. Recuperado de http://www.turisol.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/02/Livreto-projeto_bagagem-09-parte2-2.pdf [20 de novembro de 2016].

É interessante destacar que os mesmos elementos, os ditos “graus de humanidade” que antes contribuíram para gerar a repulsa, a negação do “outro” (a partir das características físicas, sociais, linguísticas, entre outras) hoje são vistos como aspectos de atratividade, como reforça MacCannell (1992) *apud* Grunewald (2003, p. 147):

O foco está num tipo de etnicidade para turismo no qual culturas exóticas figuram como atrações chave: onde os turistas vão ver costumes folk no uso diário, loja para artefatos folk em bazares autênticos, ficar alerta para forma de nariz, lábios, seios e assim por diante, aprender algumas normas locais para comportamento, e talvez aprender algo da linguagem.

O contorno da percepção acerca do “outro” produzido ao longo da história é intrigante, mas será que a origem/intenção do olhar continua a mesma? Laplatine (2003) alertou que os estereótipos e as ideologias proferidas nos discursos de Las Casas e Sepúlveda⁶ “permanecem vivas ainda hoje, quatro séculos após (...)”.

Essa busca pelo diferente é tão presente que de acordo com o relatório da Organização Mundial do Turismo (2014), as chegadas de turistas internacionais aos destinos das economias emergentes da Ásia, América Latina, Oriente Médio e África dobraram seu ritmo de crescimento (4,4% ao ano), ao contrário, dos destinos com economia mais avançada (2,2% ao ano). Esse dado revela duas situações: quem tem maior poder aquisitivo para viajar está nos países centrais, mas nota-se que se buscam destinos emergentes, onde o exótico, o místico, o muito diferente ainda é vivo. O diferente atrai como menciona Maldonado (2009, p.29 e 30): “A riqueza cultural se manifesta (...) com um colorido e uma expressividade (...) o fator humano e cultural da experiência é o que cativa o turista e precede a simples motivação de imersão a natureza”.

O imaginário construído com foco nos elementos da natureza, da rusticidade, com sabores e características próprias conferem aos espaços das comunidades tradicionais a ideia de paraíso, de local de fuga do real. Neste sentido, o exótico apresenta-se como fundamental para fomentar esse imaginário.

⁵Laplantine refere-se a carta do Frei Bartolomeu de Las Casas, defensor dos povos indígenas que faz referências ao mostrar os pontos fortes da organização social e cultural dos indígenas.

⁶Laplantine cita em contraposição as referências de Las Casas as citações de Juan Ginés de Sepúlveda.

Na perspectiva antropológica, pode-se destacar a relação que se estabelece entre os “outros”. O turismo comunitário pode implicar na desconstrução da fria relação sujeito–objeto (consumidor–produtor). Assim como a antropologia evolui na sua forma de análise rompendo a ideia do observado enquanto objeto (GEERTZ, 1989), também se defende no turismo comunitário que a relação entre turistas e comunidade seja uma relação autêntica entre sujeito-sujeito (REDTURS, 2017).

Identifica-se que os resultados dessas interações sociais são fundamentados pela intencionalidade seja de quem o pratica que pode variar da mera curiosidade em contemplar o diferente até o interesse de partilhar e conhecer o universo do “outro”. E também é preciso considerar a intenção das comunidades ao receber os visitantes, as quais podem ser motivadas pela sobrevivência, pela valorização da memória, afirmação da identidade, pois ao resgatarem algumas tradições e ao contar por diversas vezes sua história é comum manifestar-se o sentimento de orgulho, na medida em que ocorre uma valorização de suas práticas e costumes. Mas, independentemente da intencionalidade, é inegável que as visitas geram mudanças nas comunidades. Ao compartilharem suas vidas com os turistas estão promovendo alterações em suas percepções tanto na forma de ver e entender a sociedade bem como na maneira de ser ver enquanto membro do grupo e da sociedade em si.

Isso é delicado, pois segundo Parsons (1999) a cultura é um sistema de símbolos e significados e intervir nesse processo requer cuidado, visto que não se pode mistificar ou recriar a cultura para enquadrá-la como produto/mercadoria, e tampouco criar adjetivos para tornar as comunidades atrativas. Por outro lado, o turista também recebe “algo” dessa relação. O que resulta desse encontro para quem visita? Beyaut defende (1994, p. 196) que a verdadeira integração cultural ocorre nas manifestações espontâneas, sendo essas também “consumo e intercâmbio entre as distintas partes na América Latina”. Pode o turismo se encaixar nisso a partir do momento em que o turista se coloca em contato com o outro e passa a conhecê-lo?

Também se considera que inserir as comunidades no turismo implica em colocá-las na lógica do mercado. Assim, o contato com a cultura das comunidades tradicionais e indígenas geram também efeitos no cotidiano destas. Conforme o aumento da frequência

das visitas turísticas, pode ocorrer a substituição de atividades tradicionais (o fazer típico do artesanato, do ritual, as formas de cultivo, entre outras), uma vez que o turismo estimula as comunidades a se inserirem em novos processos produtivos inerentes a demanda do capital. Conforme aponta documento da UNESCO/IPHAN (2010, p.11):

As representações se encurtam para mostrar uma série de “cenas culminantes” adaptadas para responder à demanda turística. Com frequência as formas artísticas tradicionais se convertem em produtos de diversão, com a conseguinte perda de importantes formas de expressão comunitária.

Aqui se coloca um outro ponto de atenção, pois entende-se que a cultura é um processo que se produz e ao mesmo tempo é produzida, “a cultura oscila mais essencialmente entre duas formas (...) de um lado é aquilo que permanece e de outro aquilo que se inventa” (CERTEAU, 2012, p.239). Para a UNESCO (2003) o Patrimônio Cultural Imaterial das comunidades manifestado no saber (tradições e expressões orais), nas representações (usos sociais, rituais e atos festivos), na relação com a natureza e nas técnicas, não é concreto e imutável, pelo contrário, recriam-se no tempo e no contexto a qual está inserido. A instituição ainda reforça que as mudanças devem atender as demandas da comunidade e não dos agentes externos. O turismo pode atuar engessando o processo natural de mudanças que ocorrem nas comunidades tradicionais e indígenas.

2. As políticas públicas como caminho

Atuar com povos tradicionais e indígenas é um processo complexo. Requer a identificação dos elementos culturais para a promoção de políticas públicas voltadas especificamente para essas comunidades.

No documentário⁷ sobre as políticas de cultura na América Latina identifica-se que os elementos culturais são vistos como algo de extrema importância. Aprecia-se o que é “distinto, há um certo reconhecimento que facilmente vira mercadoria pelas ferramentas

⁷ *Políticas de la cultura en América Latina* - documentário produzido entre os anos de 2005 e 2009. Trata-se de entrevistas com políticos, acadêmicos, artistas e técnicos culturais do México, Peru e Chile. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RnbTFCFG7y0>. Acesso em 15 de maio de 2016.

do capital e apelo para a chamada “indústria da cultura”, foca-se na valorização do patrimônio cultural material e no uso da cultura para servir a economia.

A cultura é considerada por muitos autores como um importante campo na relação entre o capitalismo e os Estados-Nação. Hugo Suppo e Mônica Lessa (2007, p. 223) pontuam que a cultura, entendida como um sistema de valores simbólicos e sociais, constitui-se como um fator de grande influência na política externa dos Estados-Nação, servindo como ferramenta de aproximação da sociedade, bem como geradora de conflitos (*apud* CARVALHO; FILHO, 2011, p. 2). Alexander Wendt (1999, *apud* CARVALHO; FILHO, 2011, p. 3), entende a cultura como o principal atributo na formação da identidade nacional, sendo então, um fator relevante no comportamento dos Estados-Nação e conseqüentemente nos processos econômicos e sociais da região.

Lessa (2010, p. 50) afirma que:

Nesse sentido, a idéia de que na “globalização”, ou na “pós-modernidade”, como prefere Jameson (2000), a cultura não é mais uma “expressão relativamente autônoma da organização social” mas a “própria lógica” do capitalismo tardio aponta para a necessidade de se repensar o lugar da cultura a partir 1945, articulado com as expectativas, perspectivas e as disputas travadas em seu nome.

A partir da globalização e dos processos pós-modernos a cultura passa a ser vista como um mecanismo chave na manutenção do capitalismo e do Estado-Nação, ganhando espaço em seus meios de poder e conseqüentemente o reconhecimento dos processos culturais vivenciados pela sociedade civil no vértice do meio social.

Uma forma de verificação desse reconhecimento é por meio do turismo comunitário, trazendo para dentro das comunidades tradicionais e indígenas, uma ferramenta utilizada pelo capital, para conhecer e trabalhar mercadologicamente a cultura destas comunidades. É importante reconhecer o papel do setor turístico na promoção de políticas culturais e sociais. Canclini (2005) considera as políticas culturais como intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados, com o intuito de promover o desenvolvimento simbólico, satisfazendo as necessidades culturais da população e a sua transformação social. Mas, também é importante ressaltar as mazelas que essas políticas podem desenvolver para nas comunidades.



O autor ainda ressalta, que as políticas culturais não devem ser implementadas somente de forma local ou regional, mas devem garantir o intercâmbio e a globalização dos fluxos levando-se, em conta, o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da atualidade, em um tempo onde as indústrias culturais atravessam fronteiras nos agrupando e conectando de forma globalizada, fato este ligado diretamente ao trabalho feito pelo turismo comunitário que tem a função de globalizar as ações, tradições e identidades destas comunidades tradicionais e indígenas, inserindo-as ao mercado e aos interessados em conhecer o “exótico” e diferente.

Uma das principais críticas à atuação do turismo comunitário se dá pelo fato de a cultura por eles comercializada, não ser debatida com as próprias populações originárias, não há construções coletivas, o processo ocorre de cima para baixo, os limites são determinados por normas e o que foge a isso não é bem visto. Canclini (2001) igualmente defende que a política cultural deve atender a toda a população e para uma transformação social positiva e não apenas a visão do capital para com essas populações.

No campo de forças, os povos pedem pela discussão de seus direitos. No entanto, a diversidade é enquadrada nos genéricos: os negros, os índios; os caiçaras e não se atende a diversidade, conforme afirma a autora:

La colonialidad del poder se refiere al establecimiento de un sistema de clasificación social basada en una jerárquica racial y sexual, y en la formación y distribución de identidad sociales de superior a inferior: blancos, mestizos, indios e negros (WALSH, 2008, p. 236).

Deste modo, caminha-se para um processo onde cristalizam-se as identidades, e “não consideram a complexidade social” (BENEDICT,2000, p.12). Os povos são lidos como “problemas” pontuais, mas são reflexos de uma crise do sistema adotado pelo Estado Nacional. Quando os Estados unificam, automaticamente facilitam o exercício do poder. Diante desse contexto, a política mostra-se um instrumento potencial para romper com isso. Ainda, a cultura precisa ser democratizada e não mercantilizada. Para isso reconhecer a diversidade pode ser um primeiro passo e pensar essa diversidade na estrutura do Estado é um segundo.

O que chama atenção no turismo comunitário na América Latina é o movimento de implementação de políticas públicas com foco no setor econômico, mas que vem fazendo

um importante papel de conhecimento das comunidades tradicionais e indígenas. Como se trata de um movimento recente, o Turismo de Base Comunitária (TBC) caminha para um reconhecimento em muitos países na América Latina, onde está se consolidando como estratégia de desenvolvimento. Para se fortalecer identifica-se o surgimento de redes, isto é, agrupamento de atores com objetivo comum, a saber:

A ideia de rede assume frequentemente um caráter propositivo nos movimentos sociais, isto é, a rede como forma organizacional e estratégia de ação que permitiria aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, portanto, mais democráticas (Scherer-Warren, 2007, p. 42)

Em 2001 foi criada a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS). Trata-se de uma organização que tem como premissa o desenvolvimento sustentável, a autogestão do turismo, sendo a comunidade a protagonista do seu desenvolvimento. A REDTURS é formada por comunidades campesinas e indígenas e contempla a participação de 13 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Peru. No Plano de Ação 2003-2010, a instituição se posicionou politicamente ao definir como eixo estratégico de desenvolvimento a garantia do reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas e rurais nas políticas e programas de turismo⁹.

O Equador avançou no desenvolvimento de políticas públicas específicas para o turismo comunitário. A legislação equatoriana se mostra madura no tema de turismo comunitário, pois reconhece a existência jurídica das comunidades, que ganharam seus direitos ao longo da história, culminando na Lei de Organização e Regime de Comunidades, que garante o direito destas em possuir bens comunitários (MALDONADO, 2009). O que tem fortalecido o turismo comunitário no Equador é a Federação Plurinacional de Turismo Comunitário do Equador (FEPTCE), a qual representa o turismo comunitário frente a colegiados mais representativos e fomenta sua comercialização. Além disso, em 2006, o Ministério do Turismo no Equador criou o

⁸No Brasil identifica-se 37 iniciativas participantes da REDTURS.

⁹Informações disponíveis em: www.redturs.org. Acesso em 20 de maio de 2016.

Regulamento para o Registro de Centros de Turismo Comunitários (CTC) e ainda um programa específico para a capacitação e comercialização (*Ibid*, p.39).

Na América Latina alguns países têm se destacado no tema, como Guatemala, que criou a Federação Nacional de Turismo Comunitário de Guatemala (FENATUCGUA), responsável por investimentos para o fomento de comunidades organizadas, por meio do apoio na elaboração de projetos, marketing e gestão de fundos, coordenação de ações com instituições do Governo, ONGs e no apoio a eventos. Em 2008 foi criada a Secretaria de Turismo Comunitário com o fim de coordenar as ações do setor público, privado e comunitário.

Na Costa Rica o turismo comunitário ganhou força, pois nasceu da organização de cooperativas e grupos familiares caracterizados por diversos programas de educação e conservação ambiental. O Instituto de Turismo Costarricense (ICT), reconheceu em 2007 o Turismo Rural Comunitário como um dos quatro eixos estratégicos para o desenvolvimento do turismo, sendo declarado como interesse público para o país. O país conta ainda com a Lei de Incentivo ao TRC, aprovada em 2010, que favorece a aquisição de insumos fundamentais como veículos, metodologia e outros (*Ibid*, p.38 e 39).

Na Nicarágua, a Política de promoção do turismo comunitário, regula a atividade e promove a capacitação, melhora a infraestrutura e trata do marketing internacional, surgiu por meio do diálogo entre a Rede Nicaraguense de Turismo Rural (RENITURAL) e o setor público.

Também vale citar o Peru, país que tem incorporado o turismo comunitário na oferta nacional. O Plano Nacional Estratégico de Turismo (PENTUR), promove a participação da comunidade, garantindo formações a nível local. O país criou o Projeto de Fortalecimento e Desenvolvimento do turismo comunitário no Peru (TURURAL 2007-2010), com o fim de incluir os setores marginalizados no desenvolvimento da atividade turística e fortalecer instituições públicas. No documentário das políticas de cultura da América Latina identifica-se uma crítica de Diana Guerra¹⁰:

¹⁰ Gestora cultural, professora universitária, Comissão de Promoção do Peru para na exportação do Turismo (PROMPERU).

La cultura es rendavel (...) para entender la cultura es necesario volver a las raíces y sentido y blindar la cultura como espacio de alimento al espíritu, de contemplación, de aprendizagen (...) y no unicamente como ingreso de economia para las poblaciones.

A Bolívia contempla em seu Plano Nacional de Turismo o desenvolvimento de turismo comunitário priorizando a democratização dos benefícios e projetando na atividade uma estratégia para eliminar a pobreza. A estratégia trabalha dois programas, sendo um de fortalecimento dos destinos comunitários e o outro a criação da oferta turística indígena e comunitária em regiões de alto índice de pobreza (*Ibid.*, p. 40 e 41).

Na Argentina, desde 2006, o Estado por meio do Ministério do Turismo criou Rede Argentina de Turismo Rural Comunitário (RATuRC) como parte do Plano Federal de Turismo Sustentável. A rede busca fortalecer o turismo comunitário, e difundi-lo como novo produto da oferta nacional¹¹. Também existe a Rede de Turismo Campesino dos Valle Calchaquíes, em Salta e a Rede Provincial de Turismo Rural de Base Comunitária de Jujuy.

No Brasil após o reconhecimento dos povos tradicionais e indígenas, o Estado apoiou, de forma isolada, iniciativas de turismo comunitário, entre os anos de 2005 e 2007, sendo que pela primeira vez em 2008 foi lançado um Edital com o fim de conhecer e selecionar iniciativas de TBC por todo país. No âmbito nacional foi criada a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol), composta por 23 iniciativas em 10 estados brasileiros, como por exemplo: a Acolhida na Colônia, localizada na Encosta da Serra Geral (SC); a Fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE); a Pousada Aldeia dos Lagos em Silves (AM); o Projeto Saúde e Alegria, em Santarém (PA); e Pousada Uacari (RDS Mamirauá), em Tefé (AM); a Rede Tucum(CE) e o Projeto Bagagem.

As iniciativas e políticas citadas representam um avanço no reconhecimento das comunidades na América Latina. No Brasil, os avanços ocorrem de forma pontual, mas foram significativos.

¹¹ Informações disponíveis em: < <http://www.gobiernolocal.gob.ar/?q=node/3927>>. Acesso em 30 de maio de 2016.



Considerações finais

A inter-relação entre cultura e turismo estimula reflexões. O presente artigo buscou construir um debate acerca do turismo comunitário tendo como motivador a reflexão de como tal atividade implica na condição e no futuro das comunidades tradicionais e indígenas frente ao capital e a globalização.

A pesquisa identificou que os mesmos elementos, os ditos graus de humanidade, que antes eram utilizados como uma distinção negativa entre o civilizado e o selvagem, hoje a serviço do capital, são vistos como elementos de atratividade, o dito “exótico/diferente”. O turismo se apropria desses elementos e os transforma em produtos e serviços com a finalidade de difusão, comercialização e mundialização. Em decorrência destes fatores, a atividade turística é reconhecida como uma ferramenta para organização econômica e social dessas comunidades, atuando muitas vezes como principal instrumento de sustentação econômica, por meio da comercialização de produtos e serviços (ingressos, diárias, artesanatos, alimentação e outros).

Em paralelo, para que o turismo não atue apenas como expropriador dos elementos culturais dessas comunidades é necessário que ocorra uma transformação social positiva e não seja nutrida apenas a visão econômica. Para tanto, o diálogo entre os diversos atores envolvidos (Estado, empresas, ONG’s, comunidades e outros) precisa ser aprofundado, visando uma construção onde os protagonistas sejam as próprias comunidades. Isso requer uma visão mais abrangente e cautelosa visto que, o turismo como agente promotor de políticas públicas, interfere diretamente no desenvolvimento social, simbólico, cultural e econômico das populações onde atua.

Referências

BENEDICT, R. **A Ciência do Costume In Padrões de Cultura**. Lisboa: Editora Livros do Brasil. 2000.

BEYHAUT, G. **Dimensão cultural da integração da América Latina**. 1994.



BOAS, F. **Cuestiones Fundamentales de Antropología Cultural**. Buenos Aires: Ediciones Solar y Librería Hachette S.A., 1964.

BRASIL, Governo Federal. **Política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 24 de maio de 2016.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Aprovada pela Unesco em 17 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

CANCLINI, N. G. **Definiciones em transición**. In: MATO, Daniel (org.) Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización. Buenos Aires, Clacso, 2001.

_____. **Definiciones em transición**. In: MATO, D. (Org). Cultura, política y sociedade: perspectivas latinoamericanas. Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránszky – Campinas: Papirus, 1995.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Os povos indígenas na américa latina** - Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Impresso em Santiago, Chile, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org>>. Acesso em 24 de maio de 2016.

_____. **Turismo y condiciones sociales en centroamérica: las experiencias en Costa Rica y Nicaragua**. México, 2007. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2016.

CORIOLOANO, L.N. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.



CARVALHO, B. T; GOIANA FILHO, J. E. A. **O papel da cultura nos processos de integração regional: o caso da UNILA.** In: 3º Encontro Nacional ABRI 2001, 2011, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100033&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 12 de julho de 2016.

DE LA TORRE, O.P. **El turismo, fenómeno social.** Fondo de Cultura Económica, México, 1992.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico,** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEERTZ, Cl. Capítulo 2 (Parte II): **O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem.** IN A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GRÜNEWALD, R. **Turismo e Etnicidade.** Horizonte antropológico, Vol.9, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a07>>. Acesso em 24 maio de 2016.

LABURTHER, P; WARNIER, JP. **Etnologia-Antropologia.** Petrópolis: Vozes, 2003, 3ª edição.

LAPLANTINE, F. **Marcos para uma História do Pensamento Antropológico.** IN Aprender Antropologia. Brasiliense. São Paulo:, 2003

LESSA, M. L. **Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural.** Mural Internacionao, Ano 01, nº. 02, p. 50 – 58, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5322/3923>>. Acesso em 12 de julho de 2016.

MALDONADO, C. **O Turismo rural comunitário na América Latina.** In: Bartholo, Sansolo e Burszt n, Turismo de Base omunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e imagem. Rio de Janeiro, 2009.

PARSONS, T. **El sistema social.** Disponível em: <<https://teoriasuno.files.wordpress.com/2013/08/el-sistema-social-talcott-parsons.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2016.

SALAZAR, N. B. **Antropología del turismo en países en desarrollo: análisis crítico de las culturas, poderes e identidades generados por el turismo.** Traducción del manuscrito en inglés de María Luisa Valencia. Universidade da Pensilvânia – Estados Unidos, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n5/n5a06.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2016.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

UNESCO. **Curso virtual sobre registro e inventario del patrimonio cultural inmaterial.** s/n, 2010.

WALSH, C. **Interculturalidad y decolonialidad:** las insurgencias político-epistêmicas de refundar el Estado. Universidade Andina Símon Bolívar, Tábula Rasa, Colômbia, 2008.